

A REPÚBLICA DOS MILITARES E OS BATALHÕES ACADÊMICOS

GENIVALDO GONÇALVES PINTO¹; GIANA LANGE DO AMARAL²

¹Universidade Federal de Pelotas-RS – goncalves.ggp@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas-RS – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, apresento um dos temas abordados em minha pesquisa de doutorado na Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação do PPGE da FaE/UFPEL, enfatizando a influência do Exército brasileiro dos primeiros momentos da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até 15 de novembro de 1894, período a que denomino de “república dos militares”.

A pesquisa foi realizada em periódicos na Fundação Biblioteca Nacional e em atas das sessões da congregação da Escola Politécnica, sendo hoje acervo do Museu da Escola Politécnica da UFRJ.

No momento do golpe republicano, houve, na cidade do Rio de Janeiro, manifestações para o convencimento de que a república significava a melhor possibilidade para o Brasil. A população ficou tão convencida disso, que inúmeras iniciativas individuais e coletivas somaram-se ao novo governo, dando-lhe total apoio. Nesse contexto, objetivo divulgar que uma dessas iniciativas foi a formação de dois Batalhões Acadêmicos, um na Faculdade de Medicina e outro na Escola Politécnica¹, constituídos por professores e alunos, de 16 de novembro de 1889 até o final do mandato de Floriano Peixoto em 15 de novembro de 1894. Nesse período, seus componentes frequentavam as salas de aula e desenvolviam, em dois ou três dias semanais, as atividades de preparação militar.

Até o presente, não verifiquei pesquisas que tenham se debruçado sobre esse tema. Os batalhões acadêmicos estão presentes no tempo da mudança de forma de governo e também durante todo o difícil governo de Floriano Peixoto, período este em que entraram em combate, ao lado de outros batalhões, sendo todos designados por Batalhões Patrióticos². São eles: Batalhão Tiradentes, Batalhão Frei Caneca, Batalhão 23 de Novembro, Batalhão Benjamin Constant, Batalhão Franco Atiradores, Batalhão Republicano Municipal, Batalhão Francisco Glicério, 1º Batalhão Provisório de Linha, 2º Batalhão Provisório de Linha, Batalhão Patriótico Gustavo Sampaio, 3º Batalhão Provisório de Infantaria de Linha, Batalhão Patriótico Lauro Müller e Companhia Silva Jardim.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental através de editoriais dos periódicos Correio do Povo, O Paiz e Jornal do Commercio, acervo da Fundação Biblioteca Nacional e das atas das Sessões da Congregação³ de 31 de outubro de 1888 a 11 de julho de 1898, acervo do Museu da Escola Politécnica da UFRJ.

A forma segundo a qual interpreto as fontes está embasada na História Cultural

¹ Escola de Engenharia.

² Disponível na Fundação Biblioteca Nacional sob a localização: 16 – 3 – 15.

³ Congregação é equivalente a Colegiado.

pelo viés de Roger Chartier. Essa metodologia permite uma abordagem que valoriza a busca dos sentidos na exploração das cenas de embates políticos, bem como as várias composições sociais partícipes desses momentos. Permite também as investigações que trazem à luz tanto os testemunhos mais isolados, mais individuais, quase invisíveis, quanto aqueles que, pelo volume de atores, podem dar mais visibilidade aos momentos de maior flagrância.

A teoria da História Cultural tem como objeto, segundo CHARTIER (2002),

[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 16 e 17).

Essa concepção permite pensar que a História é sempre o resultado do embate de ideias onde os fatos acometem o coletivo. A História acontece por causa dos lugares, das ações e das concepções de mundo, dos posicionamentos. Não existe um ser único, um lugar único, um fator único. É sempre no plural que os eventos se manifestam.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o advento da República no Brasil, uma nova ordem se instalava sem que houvesse uma transição, uma passagem que proporcionasse efetivamente alterações no mesmo compasso da mudança de regime político, ainda que aspirações republicanas permeassem pelos meandros da política e da sociedade desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança de 1865 a 1870.

Em 15 de novembro de 1889, foi inaugurada a proposta de uma nova nação e de um novo modelo de cidadão, com base nos fundamentos do positivismo conduzido pelos militares e com a participação de civis. Mesmo o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892) não pertencendo a essa corrente, foi levado a atuar em favor da República no momento decisivo, por força de argumentos vindos do Tenente Coronel Benjamin Constant, dentre outros.

Vivia-se uma ocasião de intenso patriotismo, tão acentuado que, por vezes, lembrava momentos semelhantes durante os anos de 1865 e 1866, nas campanhas de alistamento para o conflito com o Paraguai que, doravante, serviria de motivação à vida nacional, permitindo que a República se consolidasse mesmo diante de inúmeras dificuldades, resistências armadas inclusive, mas todas debeladas com sacrifício.

Conforme editoriais do período, a instalação do novo regime foi bem recebida e festejada como uma adorada ditadura republicana, conforme observado no editorial “Publicações a Pedido” do Jornal do Comércio de 20 de novembro de 1889.

Muitos queriam de alguma forma participar do momento determinante e

promissor de uma nova identidade nacional. Uma das parcelas da sociedade que declararam seu apoio incondicional às novas diretrizes políticas foi a dos homens mais esclarecidos, os letrados, dos mais variados campos do conhecimento, profissionais do comércio, professores, funcionários e alunos das Escolas Normais.

Em face das solicitações, o Ministério da Guerra confeccionou uma lista de alunos das escolas superiores e populares para formar batalhões, assim como também para um grande número de ex-cadetes e ex-oficiais do Exército da cidade do Rio de Janeiro com a mesma intenção.

Pelo que depreendo das notas em jornais, para todos, dois eram os grandes nomes do momento: o Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório e o Tenente Coronel Benjamin Constant, Ministro da Guerra.

A euforia patriótica chegou às Escolas de Medicina e Engenharia do Rio de Janeiro no dia seguinte ao golpe. O resultado foi a criação de Batalhões Acadêmicos, um em cada escola, organizações militares formadas por seus professores e estudantes que, incentivados pelos ideais republicanos, puseram-se em armas para a defesa da recém-criada República brasileira. Nesses batalhões, também havia oficiais de carreira do exército em funções-chave.

Estavam à disposição do governo na medida de sua necessidade. Essa tropa frequentava seus cursos normalmente e tinha a obrigação de fazer exercícios militares no máximo três vezes por semana, em horários que não prejudicassem as atividades acadêmicas.⁴

Pelo fato de esses batalhões terem mantido sua constituição até o ano de 1894, atuaram nos vários momentos conturbados, inclusive na Revolta da Armada de 1893 a 1894, contra o Marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895), Presidente do Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894.

Diante da forte resistência política e militar que sofreu essa gestão desde sua posse, motivada principalmente porque sucedeu ao Marechal Deodoro sem eleição, contrariando a 1ª Constituição Republicana, foi realizada uma campanha de alistamento para a reunião de tropas a serem somadas ao Exército, que já contava com os Batalhões Acadêmicos, para a defesa da permanência de Floriano.

Nessa revolta, o episódio mais violento foi a tomada do Forte de São Domingos do Gragoatá, em Niterói-RJ, em fevereiro de 1894, em que tomou parte o Batalhão Acadêmico da Escola Politécnica, sendo bombardeado pelo Encouraçado Aquidaban, navio de guerra dos revoltosos, provocando algumas baixas, mas resistindo vitoriosamente até o fim do conflito⁵.

4. CONCLUSÕES

Os governos de Deodoro (1889-1891) e de Floriano Peixoto (1891-1894) constituem o período que designei por “república dos militares”, em que se verifica uma expressiva influência ideológica dos militares na sociedade civil, a construção dos ideais de república e sua efetiva consolidação. Nesse período, surgiram os Batalhões Acadêmicos, houve a sua dissolução e retorno de seus integrantes, sem

⁴ Conforme o Decreto do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Nº 242 de 3 de março de 1890, disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- Documentos das Autoridades-Decretos do Governo Provisório-Maço nº 134 e Estante nº 13.

⁵ Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-levantamento-hidrografico/historico.html>>.

mais interrupções aos afazeres acadêmicos para término de seus cursos ou, no caso dos professores, retorno à docência.

Os Batalhões Acadêmicos de 16 de novembro de 1889 foram organizações militares que perduraram até o fim do governo de Floriano Peixoto (15 de novembro de 1894) e não devem ser confundidos com os demais batalhões adicionados às forças governamentais que combateram os revoltosos do “Marechal de Ferro”.

Aqueles batalhões, um composto por professores e alunos da Faculdade de Medicina e o outro composto por professores e alunos da Escola Politécnica, ambas da cidade do Rio de Janeiro, surgiram na flagrância da mudança de nossa forma de governo, motivados pelos ideais dos militares, um ambiente patriótico, e decidiram dedicar parte de seu tempo de docência ou de aluno para a defesa dos ideais da incipiente República.

Depois de cumprido esse papel, os alunos retornaram às salas de aula e, para os que tiveram prejuízo acadêmico, foram-lhes dadas novas oportunidades em face de terem justificativas razoáveis, tendo todos terminado os seus cursos com aproveitamento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2ª CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR. **Forte do Gragoatá**. Niterói, 05 out. 2014. Acessado em 05 jul. 2014. Online. Disponível em: <http://www.2csm.eb.mil.br/index.php/institucional/historico/forte-do-gragoata.html>.

BRASIL. Decreto do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil, Nº 242 de 3 de março de 1890.

CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA. **Encouraçado Aquidaban**. Rio de Janeiro, 05 jul. 2014. Acessado em 05 jul. 2014. Online. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-levantamento-hidrografico/historico.html>.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

JORNAL CORREIO DO POVO. Edição Nº 118, de 16 de novembro de 1889. Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas.

JORNAL DO COMMERCIO. Quarta-feira, 20/11/1889 - Anno 67 – N. 323. Localização: Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio 1889 – Outubro a Dezembro – Vol 67 nº 273-364. Rio de Janeiro.

JORNAL O PAIZ. Domingo, 17/11/1889 - Anno VI – N. 1868. Localização: Fundação Biblioteca Nacional - Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PR-SPR 6 (11) – Jornal O Paiz – 1889 – Julho a Dezembro. Rio de Janeiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Livro nº 4 de Actas de Sessões da Congregação de 31 de outubro de 1888 a 11 de julho de 1898.